III – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

1 – Enquadramento Macroeconómico

- **Envolvente Externa**

O ano de 2006, caracterizou-se pela manutenção da situação económica nacional, embora com oscilações ao longo do ano; no final do primeiro semestre geraram-se algumas expectativas positivas, que no final do ano acabaram goradas, com os principais agregados macroeconómicos a não apresentarem recuperação suficiente para inverterem a situação.

Ainda que o Produto Interno Bruto tenha apresentado um crescimento de 1,2% (mais 0,8 pontos percentuais que em 2005), a Formação Bruta de Capital Fixo registou um decréscimo de 3,2%, o que obviamente não permitiu uma retoma do emprego, cuja taxa de desemprego acabou por se situar nos 7,5%, o que aliado a uma taxa de inflação de 2,5%, implicou uma fraca dinâmica de procura interna (de acordo com o Boletim Económico do Banco de Portugal e a Síntese Económica de Conjuntura do Instituto Nacional de Estatística relativo ao 4º Trimestre de 2006).

Esta envolvente não permitiu que os agentes económicos, públicos ou privados, apresentassem capacidade de investimento capaz de gerar efeitos induzidos na actividade económica.

De acordo com dados do INE do último semestre de 2006, o sector da Construção Civil e Obras Públicas foi dos mais afectados, o que se reflectiu negativamente nas receitas municipais, sobretudo nas mais correlacionadas com a actividade empresarial.

- **Envolvente Interna**

Neste ano, que constituiu o primeiro ano do actual Mandato, com o reforço e estabilização do corpo de Dirigentes, resultante da implementação da nova macroestrutura orgânica da Câmara, criou-se o cenário ideal para levar mais longe a estratégia municipal de implementação de uma gestão por objectivos, sustentável, suportada numa política de planeamento a médio e longo prazo, e numa política de rigor orçamental e financeiro.

Esta envolvente interna de organização, em paralelo com a solidez financeira que temos vindo a manter de exercício para exercício, permitiu-nos fazer face ao cenário macroeconómico pessimista, continuando o Município de Almada a constituir-se como um dos principais empregadores estáveis do Município e contribuindo, através de uma política de pagamentos atempada a fornecedores e empreiteiros, para um maior dinamismo da actividade local.

2 – Análise Orçamental global

O quadro abaixo apresenta a evolução dos principais agregados da Autarquia.

Unidade Monetária: mil euros

Principais indicadores económicos	2006	2005
Total Recebimentos	74.841	78.861
Total Pagamentos	73.757	76.312
Saldo do exercício	1.084	2.549
Saldo de Gerência (valores acumulados)	38.489	37.405
Saldo de Correntes	11.982	11.048
Compromissos transitados	4.800	6.827
Compromissos Assumidos para Anos Futuros	7.106	3.307
Autonomia Financeira: [1- (FEF/Total da Receita)]	80%	81%
Ind. Desenvolvimento do Município Invest. + Transf. P/ Freguesias/Total da Despesa)	25%	32%
Ind. Desenvolvimento do Município per capita: (euros) (Desp. Inv. + Transf. Capital/População Residente)	114	152

Constata-se uma diminuição da receita e a correspondente contenção ao nível da despesa, alcançando-se um saldo positivo no exercício, embora ligeiramente inferior ao de 2005.

O saldo de gerência acumulado permite assegurar cerca de 50% do investimento projectado no exercício em apreço para anos seguintes, o qual, à partida, é suportado essencialmente pelo auto-financiamento gerado pelo próprio Município.

O resultado do exercício, tal como nos últimos anos tem acontecido, foi positivo, tendo as receitas correntes libertado fundos para investimento, na ordem dos 11,9 milhões de euros.

O índice de autonomia financeira manteve-se ao nível do último ano. Os índices de desenvolvimento do Município apresentaram uma ligeira quebra, derivando sobretudo de um conjunto de investimentos de mandato em fase de arranque, a par das medidas de contenção adoptadas para prevenir efeitos negativos na gestão autárquica, expectáveis face às restrições e constrangimentos conhecidos e/ou anunciados.

No global do Município (consolidado CMA e SMAS), geraram-se 97 682 mil € de Receitas e 95 689 mil € de pagamentos, libertando-se assim um fluxo de caixa de 1.993 mil €.

2.1 – Receita

A percentagem de realização da receita global foi de 86% relativamente ao valor orçamentado, o que em valores absolutos representou uma arrecadação de cerca de 75 milhões de euros.

Receita corrente

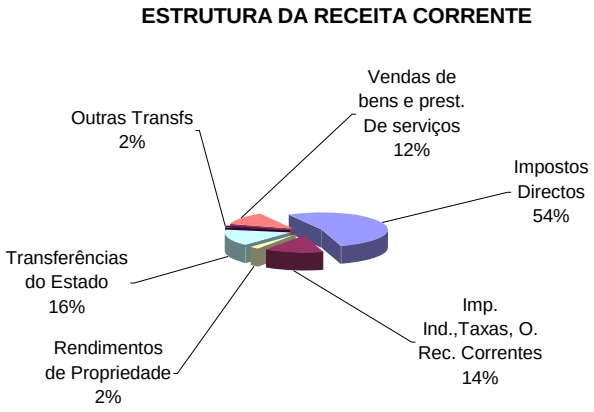
A receita corrente atingiu uma realização de 98%, o que reflecte uma cada vez maior eficácia em termos de planeamento orçamental.

Unidade Monetária: Euros

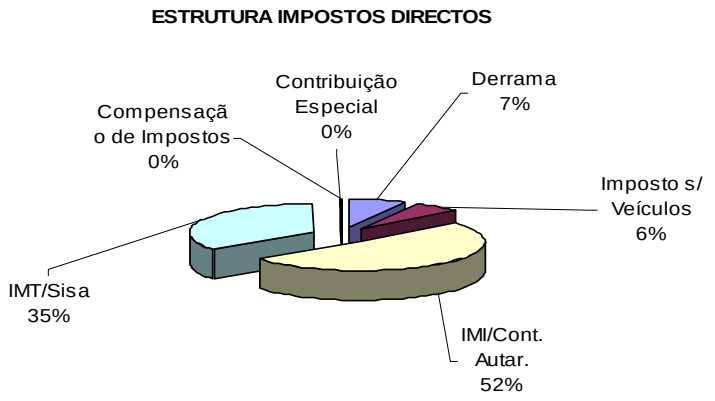
Evolução da Receita Corrente	2006	2005	Taxa de Crescimento
Impostos directos	34.358.574,79	32.160.046,28	6,8%
Impostos Indirectos + Taxas + Receitas Correntes	9.291.536,46	8.058.580,53	15,3%
Rendimentos de Propriedades	1.500.269,24	2.312.473,27	-35,1%
Transferências do estado	9.562.006,00	9.648.547,54	-0,9%
Transferências – Outras	1.807.945,95	861.872,51	109,8%
Vendas de bens e prestação de serviços	7.729.598,12	6.938.343,63	11,4%
Total das Receitas Correntes	***64.249.930,56***	***59.979.863,76***	***7,1%***

Para estes valores contribuíram, essencialmente, os Impostos Directos, que continuam a representar a maior fatia das receitas correntes, logo seguidos pelos Impostos Indirectos e taxas.

A estrutura da Receita corrente manteve-se praticamente inalterada, relativamente ao Ano Anterior.



De entre os Impostos directos, o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis – ex-Contribuição Autárquica), continuou a deter o maior peso (mais de 50% do total dos impostos directos), mas assistiu-se a uma recuperação do IMT (Imposto Municipal sobre Transacções – ex-SISA), que apresentou uma taxa de crescimento de 31% relativamente a 2005, enquanto o IMI se ficou pelos 3%.



Relativamente ao decréscimo verificado na arrecadação de rendimentos de propriedade, tal deveu-se ao facto de o ano anterior conter uma receita extraordinária relativa à concessão de Estação de serviço na Alternativa à EN-10.

- **Receitas de Capital**

A execução orçamental destas receitas foi de 49%, não se tendo atingido o valor orçamentado essencialmente devido aos seguintes factos:

- Não se ter arrecadado a segunda e última tranche relativa ao Almada Parque (venda de bens de investimento), tendo a sua arrecadação transitado para o início do ano de 2007.

Caso a respectiva escritura se tivesse realizado, a taxa de realização situar-se-ia nos 70%. Questões de ordem administrativa estiveram na origem deste atraso.

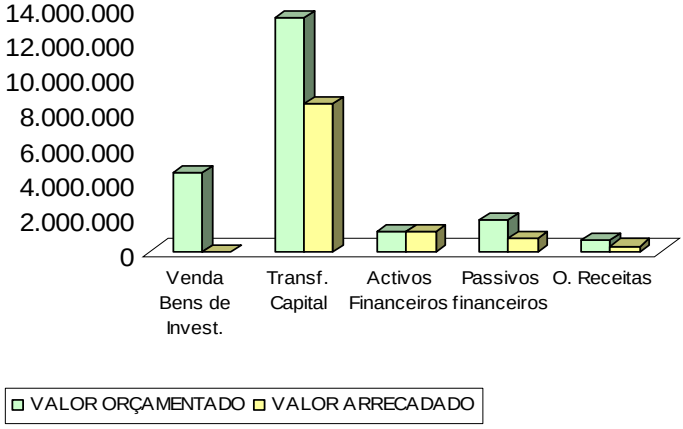
Passivos Financeiros - o empréstimo relativo aos 113 Fogos que, na fase de elaboração do Plano de Actividades e Orçamento para 2006 era suposto receber-se em 2006, foi ainda possível a sua arrecadação nos finais de 2005.

Transferências de Capital - o valor não arrecadado, prende-se com:

- A não execução da comparticipação, pelo Ministério da Educação, relativa aos Pavilhões das Escolas Secundárias Anselmo de Andrade (Almada) e Daniel Sampaio (Sobreda), nos valores respectivamente de € 645.802,60 e € 850.514,34;
- A não transferência pelo Ministério da Cultura relativa ao Teatro Municipal no valor de € 997.595,79;
- A não execução por parte do Estado do Protocolo Porto Brandão/Costas de Cão envolvendo uma verba de € 348.599,12 a transferir para o Município.

Destacam-se os Activos financeiros, onde a realização foi total.

RECEITA DE CAPITAL
(desvios face ao valor orçamentado)



2.2 – Despesa

O grau de execução global das despesas foi de 85%, o que representou um nível de pagamentos de aproximadamente 74 milhões de euros.

- **Despesa corrente**

O nível de execução dos gastos correntes atingiu os 95%, o que traduz um volume de pagamentos de 52 milhões de euros.

Em termos de compromissos assumidos a realização orçamental atingiu os 97%, tendo transitado compromissos por facturar no total de 958 mil Euros.

Relativamente ao ano anterior registou-se um acréscimo nas despesas correntes de 6,8% que, a preços constantes representa um crescimento real de 4,3%, no qual se deverá considerar o aumento percentual do IVA e de outros encargos para determinar o efectivo crescimento.

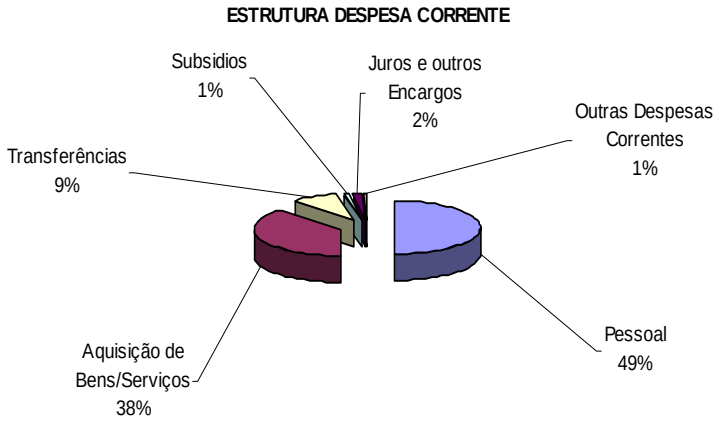
Un.Monetária: Euros

Evolução da despesa Corrente	2006	2005	Taxa Cresc.
Pessoal	26.064.545,68	24.508.641,82	6,3%
Aquisição de Bens/Serviços	19.935.053,25	18.646.866,90	6,9%
Transferências	4.561.330,11	4.289.849,36	6,3%
Subsidios	523.859,87	457.264,09	14,6%
Juros e outros Encargos	870.754,41	710.603,11	22,5%
Outras Despesas Correntes	312.835,84	318.193,51	-1,7%
TOTAL	***52.268.379,16***	***48.931.418,79***	***6,8%***

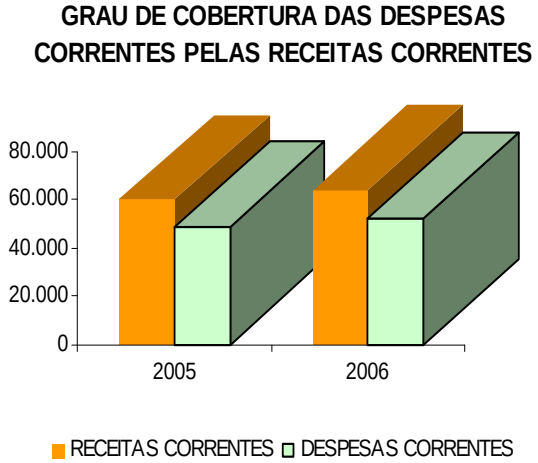
A rubrica que maior acréscimo registou foi a dos Encargos Financeiros, que resulta do aumento da taxa de juro cuja indexante Euribor de Janeiro a Dezembro deste ano aumentou 1,21 pontos percentuais.

As Despesas com Pessoal registaram um acréscimo de 6,3% que é o efeito conjugado do aumento da tabela (1.5%) e do aumento dos encargos da entidade patronal (CGA aumentou 3 pontos percentuais), com os efeitos de implementação da macroestrutura.

A estrutura das Despesa Correntes manteve-se (ou foi reforçada) com os Gastos com Pessoal a deterem aproximadamente 49% do total das despesas Correntes (situação igual já ocorria em 2005), logo seguidos das Aquisições de Serviços.



O grau de cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes foi de 123%, tendo-se libertado 11,98 milhões de euros para cobertura de investimento.



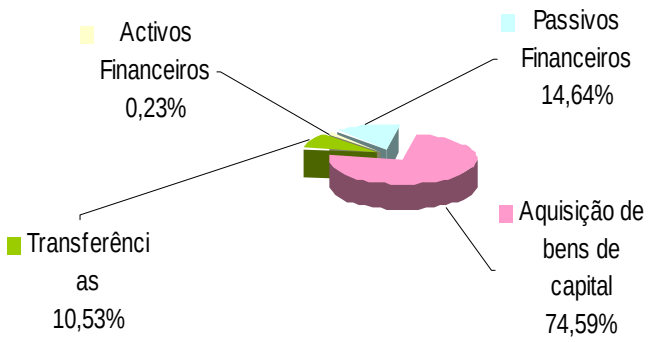
- **Despesas de Capital**

O grau de execução orçamental foi de 68%, tendo-se efectuado um volume de pagamentos de 21,5 milhões de euros.

Em termos de compromissos assumidos a realização cifrou-se nos 79%, o que representou um montante comprometido da ordem dos 25 milhões de euros, tendo transitado por facturar 3,7 milhões de euros.

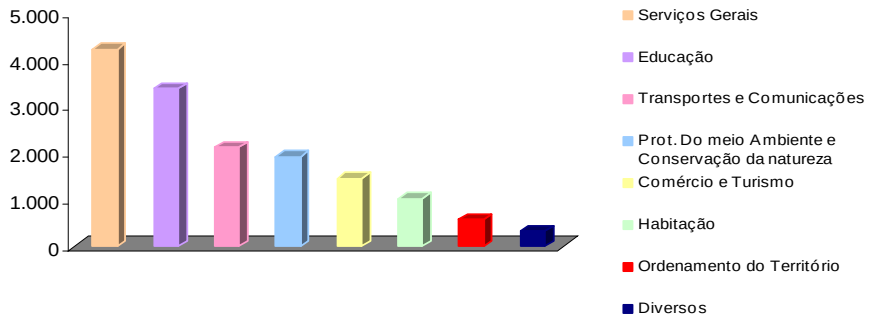
Deste valor, cerca de 75% (16 milhões de euros) correspondeu a investimento directo e o restante a investimento indirecto através de transferência para as Freguesias e participações financeiras.

ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL



Por objectivos, e como se visualiza no gráfico abaixo, o Investimento foi essencialmente direccionado para Serviços Gerais que compreendem o Investimento no âmbito do Almada Digital, para Educação, Transportes e Comunicações, Protecção e Defesa do Meio Ambiente, Comércio e Turismo e Habitação.

DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO POR OBJECTIVOS (mil euros)

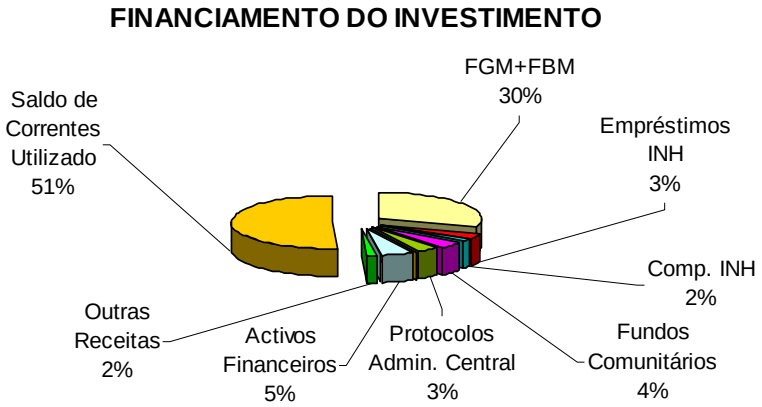


E o seu financiamento foi assegurado da seguinte forma:

Unidade: mil Euros

Transferências Directas do Estado	
(FGM + FBM) capital	6.375
Empréstimos (INH)	714
Comparticipações (INH)	418

Fundos Comunitários	872
Protocolos com a Administração Central	746
Auto financiamento	
Activos Financeiros	1.114
Outras Receitas	351
Saldo Correntes	10.898



3 – Endividamento

O Município apresenta um montante de capital em dívida de € 41.928.222,70, sendo € 39.247.011,77 de Contratos de Empréstimo e € 2.681.210,93 de Contratos de Locação Financeira.

A capacidade de endividamento utilizada pelo Município no final do ano de 2006, tendo como referência o Investimento no ano anterior, de acordo com o previsto no nº 3 do artigo 33º da Lei 60-A/2005 – LOE, situou-se nos 52,7%, o que significa que a Autarquia possuía àquela data uma capacidade de endividamento disponível de 47,3%, valor sujeito posteriormente a rateio anual por parte do Governo.

A partir de 2005, com a adopção das SEC 95 (Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais), o conceito de endividamento líquido ao qual estamos obrigados e que resulta da diferença entre os Passivos e os Activos, assume no nosso Município, um valor negativo da ordem dos € -23.469.449,47 (uma vez que, no nosso caso, estes excedem largamente aqueles), o que significa que o Município tem capitais próprios suficientes que lhe permitem enfrentar endividamento nesse montante, o que supera o limite imposto pela LOE (lei do orçamento do Estado) para 2006, (endividamento líquido do ano anterior + rateio - amortizações do ano).

4 – Análise Financeira e Patrimonial

O resultado líquido do exercício ascendeu a 10.861 mil euros, valor ligeiramente aquém relativamente ao ano anterior. No entanto, este decréscimo é normal, pois resulta duma quebra nos resultados extraordinários, tendo os resultados operacionais (os que têm a ver com a actividade normal do Município), registado um acréscimo de 18%. A quebra dos resultados extraordinários relativamente ao ano anterior prendeu-se com uma situação efectivamente extraordinária em 2005, de transferência de imobilizado para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e consequente ganho em Imobilizações.

A análise ao balanço permite-nos concluir que, em termos de estrutura financeira esta se reforçou em 2006, uma vez que o Activo fixo passou a representar 87% do Activo total, continuando o nosso Património a cobrir a totalidade do Passivo.

Igualmente os rácios de solvabilidade e de Autonomia financeira são elevados, tendo aumentado em relação ao Ano anterior, o que reforça a nossa credibilidade perante terceiros no longo prazo.

5 – Proposta de Aplicação de resultados

De acordo com o preconizado no ponto 2.7.3. do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e tendo-se apurado um resultado líquido de 10.861.473,73 euros, propõe-se que a sua aplicação seja efectuada da seguinte forma:

- Em reservas legais (conta 57.1): 543.073,69 euros correspondente a 5% do resultado líquido).

- Em reforço do Património (conta 51): 10.318.400,04 euros.

Após o encerramento do exercício, a 31 de Dezembro de 2006, a situação económica e financeira do Município não apresenta, até à data, qualquer dado relevante na sua evolução que possa afectar a consolidação dos resultados do presente exercício.